EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 2.254, de 2022)

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 2.254, de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º do Projeto de Lei nº 2.254, de 2022, pretende revogar o § 5º do art. 171 do Código Penal (CP).

Entretanto, tal dispositivo, que prevê que, como regra, o processamento do crime de estelionato será feito por meio de ação pública condicionada à representação da vítima, foi recentemente incluído pelo chamado pacote “anticrime” (transformado na Lei nº 13.964, de 2019), não tendo havido ainda tempo hábil para aferir os efeitos dessa inovação, sejam eles positivos ou negativos.

Ademais, entendemos que, por ser um crime patrimonial praticado sem violência, a ação pública deve ser condicionada à representação da vítima, por se tratar de direito disponível. Por óbvio, tal raciocínio não pode ser aplicado quando o estelionato for praticado contra as vítimas elencadas nos incisos do § 5º do art. 171 do CP (crianças, adolescentes, pessoas com deficiência mental, idosos ou incapazes), uma vez que são mais vulneráveis ao crime de estelionato, podendo ser ludibriadas mais facilmente que uma pessoa com plena capacidade civil. No caso da Administração Pública, direta ou indireta, tendo em vista a natureza pública da vítima, e de seus recursos, a ação pública incondicionada é impositiva.

Pelos motivos expostos, conto com o apoio dos nobres Pares e com a sensibilidade do Relator da matéria para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador FABIANO CONTARATO